

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA EXPERIÊNCIA POSSÍVEL

Jacqueline Bezerra dos Santos; Severino Crisóstomo dos Santos; José Tadeu Batista de Souza.

Universidade Católica de Pernambuco - cpg@unicap.br

Objetivamos estudar formas da atuação e da materialização da educação verdadeiramente inclusiva, tendo como objeto de pesquisa o trabalho do Movimento Pró-criança. Verificar a atuação cristã e social, bem como o processo de desenvolvimento humano, o acolhimento e não diferenciação de crianças e jovens, das diversas crenças religiosas e tendo a arte como sustentáculo. Analisando a real interação entre os estudantes, socialização, construção de conhecimentos e valores éticos, tal como a educação inclusiva propõe.

Palavras chaves: Educação Inclusiva; Arte; Diversidade Religiosa.

Introdução

A partir da década de 80, o mundo Ocidental vem experimentando o fenômeno da globalização. Para uns ela é motivo de glórias e muitas esperanças, para outros, tem significado motivo de preocupação e temor. Uns fundam suas esperanças nas possibilidades abertas pelo conhecimento científico e seus já comprovados êxitos nas aplicações tecnológicas. Pode-se dizer que as ciências e as múltiplas tecnologias se converteram em sujeitos históricos hegemônicos condutores dos processos históricos que afirmam ou negam as possibilidades do viver, humano, animal e toda multiplicidades de vidas. O destino da história parece que ficou a cargo das descobertas científicas e suas maravilhas tecnológicas. Esse fenômeno, mesmo se esforçando para sobreviver na indeterminação e no anonimato, porque assim não pode ter culpabilidade por nada, acabou mostrando sua identidade. O seu nome é neoliberalismo, seus responsáveis maiores são os Estados Unidos e seus aliados pelos confins do mundo. Ele passa a condição de sujeito definidor de quem vive e quem morre. As instituições políticas, como o Estado com sua aparelhagem administrativa tornaram-se submissas e porta-voz desse sistema. A instituição escola, não poderia existir indiferente a esse processo. Ela também está organizada porá reproduzir esse sistema. Mas, como aquilo que concerne ao humano, nem sempre acontece nos parâmetros de controle, sempre há uma brecha para o inusitado. É nessa brecha que se situam os processos educacionais alternativos ao liberalismo e sua aparelhagem. O presente texto tem por objetivo apresentar uma experiência alternativa que funciona na esperança de repor os humanos como sujeitos do seu destino. No primeiro momento será apresentada considerações sobre a história da educação inclusiva. No segundo momento será apresentada uma experiência do Movimento Pró-criança que testemunha as possibilidades e a esperança numa educação que aspira uma sociedade de convivência solidária e inclusiva de todos os humanos.



Educação Inclusiva: um pouco de sua história.

A história da educação inclusiva tem seu surgimento a partir da Declaração de Salamanca na Espanha. Este documento envolvia sérias discussões a respeito da exclusão daqueles visto como diferentes, dentro do ambiente escolar. Trazendo a proposta de um espaço diversificado e acolhedor para todos.

“ escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos avantajados ou marginalizados.” (Declaração de Salamanca,1994).

A educação só é verdadeiramente inclusiva se for promovido o desenvolvimento pedagógico com equidade, e igualdade de aprendizado, conduzindo assim para plena formação da cidadania, não havendo exclusão de nenhuma de suas formas, sejam elas físicas, psíquicas ou sociais. Valorando todo indivíduo, tal como suas especificidades, tendo consciência que cada contribuição é única e especial em toda sociedade.

A inclusão envolve: [...] uma filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades [do ser humano] como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor. (FERREIRA, 2005 p. 44).

Muitos avanços foram alcançados quanto aos direitos de inclusão do indivíduo no universo escolar. A visualização deste ser e suas diferenças, como parte de um todo, de uma sociedade é diversificada. Sua inclusão vai além de um espaço de acolhimento, mas de aceitação e respeito. Isso perpassa a educação especial, pois a educação inclusiva vai além de limitações físicas e mentais, mas é muito mais amplo, seria a ruptura do *apartheid* social, racial, de gênero, o rompimento com a ideia de padrão, em busca sociedade com princípios e oportunidades igualitárias e abrangentes. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) e a Legislação Brasileira, para o trato da educação inclusiva, estabelece o seguinte:

[...] o direito de todos a educação, sendo o dever do Estado e da família promovê-la, conforme enfatiza o Art. 2º sobre os princípios da educação nacional: Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.





Com todo o aparato legal que hoje norteia a educação inclusiva no Brasil, ainda há um grande abismo entre o real e o ideal, a ser oferecido nas escolas, como também não é difícil encontrar escolas que negam o acesso para alunos com necessidades especiais, ou mesmo a não permanência de estudantes divergentes do padrão pré-estabelecidos, seja essa divergência religiosa ou até mesmo sexual. Estes são excluídos de alguma forma, seja ela direta ou indireta.

Promulgar a igualdade foi um passo difícil para a humanidade. Muito mais difícil é existir em cada ser humano, esse ideário. Mesmo legitimada, a igualdade não foi e, ainda, não é suficiente, porque agora desejamos o direito à identidade, a pluralidade cultural e de valores e, mais, desejamos reconhecer e defender essas diferenças. Discutir a igualdade, discutir a diferença e reconhecê-las, exige também refletir e entender a intolerância. A intolerância se manifesta contra aqueles concebidos como os de fora, os inadaptáveis, os incontroláveis, aqueles que chamamos de excluídos. (STRIEDER; ZIMMERMANN, 2011 p. 126).

Ainda com todos os entraves existentes, é inegável o número de estabelecimentos educacionais e ONG's que procuram promover a igualdade entre as diferenças, a inclusão daqueles que são socialmente excluídos. O Movimento Pró-Criança tem a proposta de inclusão, principalmente a partir da arte e do esporte, sendo um exemplo a ser seguido e inserido em amplo aspecto, e em diversas instituições educacionais.

O Movimento Pró-Criança e os Excluídos.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu Art. 4º reza:

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Dentro desta perspectiva, em 02 de junho de 1993 através do Decreto Nº 1/1993 do Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife Dom José Cardoso Sobrinho, oficializa o Movimento Pró-Criança (MPC) e adolescentes Marginalizados, como instituição que cuidará das crianças e adolescentes de rua. A partir deste momento o MPC vislumbrava como objetivo principal minimizar uma das mazelas da sociedade brasileira que é o abandono de crianças, adolescentes e jovens carentes, oriundos das ruas da capital pernambucana. Nos dois primeiros parágrafos do Decreto nº 1/1993 que aprovou o estatuto do MPC, diz:

“Considerando a situação de miséria e abandono em que se encontra grande número de crianças e adolescentes nas ruas da região metropolitana do Recife: Considerando a necessidade de unir esforços no sentido de contribuir para a mudança desta realidade tão triste de penúria e desamparo.” (Decreto nº 1/1993 do Arcebispo de Olinda e Recife – Dom



José Cardoso Sobrinho)

É muito presente nas capitais brasileiras e mais especificamente em Recife (Capital de Pernambuco), a figura do meninote ao qual de forma pejorativa a população o chama de “trombadinha”¹, geralmente andando em bandos e espalhando o terror por onde passa. De acordo com Lucchini, citado por Menezes e Brasil, é possível identificar um percurso que a criança faz entre a casa e a rua. Inicialmente, a rua é vista como um espaço de potencial autonomia e liberdade. Em uma segunda etapa, observa-se uma identificação com a condição de criança de rua, alternando as percepções de liberdade e privações. Em uma etapa posterior, o autor relata um processo de desilusão para com a rua pela criança, o que pode resultar em tentativas de buscar alternativas de vida. As crianças são obrigadas a desenvolver estratégias de sobrevivência, pois estão expostas a riscos e desta forma se tornam vulneráveis. Essa vulnerabilidade emocional, social, física e cognitiva/educacional gera altos níveis de stress. A palavra chave é a resiliência para lidar com tantos perigos cotidianamente.

Neste ambiente de total privação dos valores humanos aos quais estas pessoas sofrem, entra em ação o papel das Organizações Não Governamentais (ONGS²) que trabalham com o acolhimento destes grupos em situação de rua. Foi assim que iniciou no MPC sua saga até os dias atuais de poder minimizar as dificuldades que enfrentam estas crianças e adolescentes. O MPC iniciou suas atividades com distribuição de sopas, como uma nova estratégia de minimização do sofrimento humano das crianças e adolescente de rua. E, com essa ação pode-se exigir em contrapartida das famílias das crianças e dos adolescentes a frequência escolar e até mesmo a volta a sala de aula.

Em 1996 através do Projeto Resgate de Crianças, uma nova proposta de metodologia do MPC foi feita em relação as abordagens as crianças que vivem efetivamente em situação de rua, onde foram contratados 3 agentes Arte Educadoras de Rua, que com o mapeamento feito pelo grupo que coordenava as ações, indicavam os locais que tinham uma maior concentração de menores de rua. Desta forma, os educadores seguiam aos locais e tentavam conversar com os menores, pleiteando uma aproximação, no objetivo de ter liberdade e a confiança deles para abordar algum tema interessante e mostrar-lhes que existia lugar melhor que as ruas, e que também existiam

¹ Indivíduo menor de idade, delinquente, que pertence a grupos de assaltantes de rua. <http://michaelis.uol.com.br>.

² A denominação ONG foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), na década de 40, para diferenciá-las dos órgãos governamentais. Porém, nem tudo que não é governo é ONG. As ONGs são associações civis e autônomas, não-estatais, sem fins lucrativos e em sua maioria são suprapartidárias. Afirmam seus objetivos sociais e seu campo de atuação na Sociedade Civil. (CAMBA, 2004)

pessoas que se preocupavam com cada um deles independentemente da condição social.

Inicialmente uma equipe multidisciplinar formada por assistente social, psicóloga e pedagoga, faziam as abordagens aos menores na intenção de envolvê-los nas atividades e posteriormente encaminhá-los para que pudessem frequentar sistematicamente a instituição. Uma vez formalizado o vínculo do menor, tornava-se desde então um beneficiário, daí por diante começa definitivamente a ação da instituição para com os menores. Essa ação não se resumia apenas num mero atendimento, mas identificava áreas foco da Região Metropolitana do Recife (RMR), na intenção de futuramente manter contatos simultâneos com a comunidade almejando a aceitação dos moradores locais.

Esse trabalho era realizado mantendo diálogos esclarecedores com residentes e comerciantes locais. Em primeiro lugar era mantido uma conversa sobre o trabalho que o MPC desempenharia para com os seus beneficiários. Em segundo lugar se tentou a conscientização dos comerciantes da localidade em relação a permanência dos menores nas ruas. Daí por diante era montada uma frente de trabalho cujo o núcleo era o Sócio Psicopedagógico, através de uma equipe multidisciplinar, formada por pedagoga, psicóloga, assistente social, educador físico, educadores, arte-educador e instrutor. Isso foi realizado através de atividades lúdicas como: jogos de mesa, manipulação de bonecos e instrumentos musicais. Além disso também houve fornecimento de comida e de materiais de primeiros socorros, que compunham um kit que eram entregues no ato da abordagem.

Posteriormente era feito o contato com a família, para que fosse se intensificando as rodas de diálogos sobre os temas principais que rodeiam a vida de quem está em situação de rua. Essa dinâmica de procedimentos tinha como pretensão fazer com que aos poucos os menores fossem convencidos que a rua é um lugar inóspito. A permanência na rua, de certo, dificulta o trabalho que pretende fazer com que eles abandonem hábitos que os levam a fragilidade humana e ao fracasso social.

O Movimento Pró-Criança tem como missão promover o direito à cidadania de crianças, adolescentes e jovens em situação de risco ou abandono, na jurisdição dos municípios que compõem a Arquidiocese de Olinda e Recife ou a quem esta delegar, através de educação complementar a oferta de oportunidades de inclusão social.

Durante toda a trajetória do MPC se observou que os beneficiários se identificam mais com

duas áreas: a artística e a esportiva. Ficou evidente que havia mais contentamento por parte deles quando estão inseridos nestes grupos. Nessas atividades até mesmo a evasão é mínima, pois a movimentação que existem nestas áreas atraem sempre e os seguram na instituição. Hoje o MPC não trabalha mais com o público oriundo das ruas, seus beneficiários são crianças, adolescentes e jovens que geralmente moram em áreas de risco, e que carecem de uma contínua inclusão.

O MPC instituição criada pela igreja católica faz parte da sub-área da Doutrina Social da Igreja³, em especial a PARTICIPAÇÃO traz um destaque as formas de participação cidadã, tais como sindicatos, associações, grupos de acompanhamento do governo, sociedade amigos do bairro, (ONGs) que enquadra o Movimento Pró-Criança, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e outras. A meta horizonte que dá sentido ao trabalho é o BEM COMUM. Pode-se dizer que ele é o princípio fundamental capaz de evocar o empenho de todos para o bom funcionamento da sociedade. Dentro desta prática inclusiva, surgem a práxis cristã, que através de atividades religiosas de caráter laico, são evidenciados ensinamentos para uma convivência harmoniosa com seus semelhantes. Inclusive na composição da instituição observam-se vários funcionários com pertencimentos diferentes da religião católica, formando um ambiente totalmente ecumênico. O MPC hoje foca suas atividades na Educação complementar que em 2015, recebeu a certificação de Instituição Criativa e Inovadora do ensino básico do país, dado pelo Ministério da Educação – MEC. (Relatório anual de atividades – 2015).

Considerações Finais

Quando tratamos de educação inclusiva, falamos de alcançar práticas competentes para chegar a um desenvolvimento pleno. Ainda que possamos identificar o real avanço histórico da educação inclusiva, visto no presente estudo, iniciado pela Declaração de Salamanca, que em muito corrobora para uma sociedade justa, na prática ela ainda passa por muitos percalços, como: discrepância entre a oferta real de recursos financeiros, e o que determina a legislação brasileira, prejudicando a qualidade e eficiência necessária para o bom desenvolvimento educacional.

Vimos no primeiro momento que as preocupações com o fenômeno da educação inclusiva já têm uma longa caminhada. Muitos eventos foram realizados para discutir, identificar, aprofundar e, sobretudo, buscar soluções alternativas da exclusão. Estados, instituições jurídicas, associações da

³ A expressão *Doutrina Social da Igreja* (DSI) designa o conjunto de escritos e mensagens – cartas, encíclicas, exortações, pronunciamentos, declarações – que compõem o pensamento do magistério católico a respeito da chamada “questão social”.

sociedade civil, igrejas e outros organismos, têm feitos empreendimentos na busca de recuperar as subjetividades humanas já esquecidas de uma convivência estruturada no respeito ao indivíduo na sua personalidade humana. Os Estados têm estabelecido metas políticas, Instituições jurídicas têm formulado leis, outros organismos elaborado estatutos e regimentos para garantir a sobrevivência dos excluídos mais carentes. No entanto, a realidade dos excluídos parece que não muda, ela cresce com o passar do tempo. É possível imaginar que todas essas estruturas e ações são insuficientes no combate a tal realidade. Todavia, micro experiência como a do MPC, se constitui em instância crítica que não somente denuncia os efeitos da voracidade do modo de produção vigente, mas anuncia esperanças de possibilidades alternativas.

Referências

Alves, Antonio Aparecido. **DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA** – Um Guia Prático Para o Estudo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 130p.

CAMBA, S. V. **ONGs e escolas públicas: uma relação em construção**. São Paulo, 2004. 121 p. Dissertação (Mestrado) -Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

FERREIRA, Windyz B. **Educação Inclusiva: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos?** Revista da Educação Especial - Out/2005, N° 40.

Gomes MA, Pereira ML. **Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas**. Cien Saude Colet 2006; 10(2):357-363.

LUSTOSA, Oscar de F. **A Igreja Católica no Brasil-República: cem anos de compromisso (1889-1989)**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

Menezes DMA, Brasil KC. **Dimensões psíquicas e sociais da criança e do adolescente em situação de rua**. Psicologia: Reflexão e Crítica 1998; 11(2):327-344.

PRÓ-CRIANÇA. Relatório Anual de Atividades do Movimento Pró-Criança, 2015.

STRIEDER, Roque; ZIMMERMANN, Rose Laura Gross. **Inclusão escolar: um desafio da igualdade na convivência com os diferentes**. [2011]. Disponível em: Acesso em: 01 outubro de 2016.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.



II CINTEDI
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

16 a 18
NOVEMBRO
2016
LOCAL DO EVENTO
CENTRO DE CONVENÇÕES
RAYMUNDO ASFORA
GARDEN HOTEL
CAMPINA GRANDE-PB

Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em 03 de agosto de 2016.

<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=trombadinha> consulta dia 07 de agosto de 2016 às 09:02.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm

